Despacho (extrato) n.º 9124/2014

Por Despacho da Diretora Clínica do Centro Hospitalar Lisboa Norte, E. P. E., de 1 de julho de 2014, nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 66-B/2012, de 31 de dezembro, foi autorizada à Assistente Graduada, Maria de Lurdes Correia da Encarnação, do mapa de pessoal do mesmo Centro Hospitalar, a acumulação de funções na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.

9 de julho de 2014. — O Diretor do Serviço de Recursos Humanos, Rogério Alexandre Branco Fernandes Costa.

207950315

Despacho (extrato) n.º 9125/2014

Por Despacho da Diretora Clínica do Centro Hospitalar Lisboa Norte, E. P. E., de 1 de julho de 2014, nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 66-B/2012, de 31 de dezembro, foi autorizada à Assistente Graduada, Ana Júlia Silva e Sousa de Oliveira Pedro Ezaguy Manaças, do mapa de pessoal do mesmo Centro Hospitalar, a acumulação de funções na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.

9 de julho de 2014. — O Diretor do Serviço de Recursos Humanos, Rogério Alexandre Branco Fernandes Costa.

207950745

CENTRO HOSPITALAR DO PORTO, E. P. E.**Aviso n.º 8234/2014****Procedimento concursal comum conducente ao recrutamento de pessoal médico, para a categoria de assistente graduado sénior de oftalmologia da carreira hospitalar, do mapa de pessoal do Centro Hospitalar do Porto, E. P. E.**

Faz-se público que por deliberação do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Porto, E. P. E., de 2 de abril de 2014, e nos termos do despacho do Ministério das Finanças proferido em 10 de julho de 2013, do despacho do Secretário de Estado da Saúde de 24 de julho de 2013 e por deliberação do Conselho Diretivo da ARS Norte de 31 de outubro de 2013, se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho para a categoria de assistente graduado sénior da área hospitalar — Oftalmologia — da carreira médica, do mapa de pessoal deste Centro Hospitalar.

1 — Legislação aplicável — O procedimento concursal comum aberto pelo presente aviso rege-se pelo disposto nos Decretos-Leis n.ºs 176/2009 e 177/2009 ambos de 4 de agosto, na redação que lhes foi dada pelo Decreto-Lei n.º 266-D/2012, de 31 de dezembro, no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) celebrado entre os Sindicatos representativos do setor e pelas entidades públicas empresariais nele identificadas, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego* (BTE) n.º 41, de 8 de novembro de 2009, com alterações constantes do ACT celebrado entre os mesmos intervenientes, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 1, de 8 de janeiro de 2013 e no ACT relativo à tramitação concursal de recrutamento para postos de trabalho da carreira médica, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 48, de 29 de dezembro de 2011, no ACT n.º 2/2009, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 198, de 13 de outubro, e posteriores alterações, e na Portaria n.º 207/2011, de 24 de maio, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 355/2013, de 10 de dezembro.

2 — Política de igualdade — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

3 — Modalidade de procedimento concursal e tipo de concurso — o procedimento concursal é comum e único, aberto aos médicos vinculados a instituição do SNS por contrato de trabalho em regime de funções públicas, ou por contrato individual de trabalho, detentores dos requisitos de admissão.

4 — Prazo de validade: O procedimento concursal é válido para ocupação do posto de trabalho enunciado, caducando com a constituição da relação jurídica de trabalho.

5 — Prazo de apresentação das candidaturas — 10 dias úteis, contados do dia seguinte à publicação do presente aviso no *Diário da República*.

6 — Caracterização do posto de trabalho — Ao posto de trabalho apresentado a concurso corresponde o conteúdo funcional das carreiras médicas na categoria de assistente graduado sénior, tal como estabelecido nos artigos 13.º do Decreto-Lei n.º 176/2009 de 4 de agosto e do Decreto-Lei n.º 177/2009 de 4 de agosto e na cláusula 10.ª do ACT publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego* n.º 41, de 8 de novembro de 2009 e no n.º 3 da cláusula 10.ª do ACT n.º 2/2009, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 198, de 13 de outubro e posteriores alterações.

7 — Local de trabalho — O trabalhador desenvolverá a sua atividade profissional nas instalações ou locais situados na área de influência do Centro Hospitalar do Porto, E. P. E., com sede no Largo Abel Salazar, 4099 — 001 Porto, sem prejuízo do regime de mobilidade geral aplicável às relações jurídicas constituídas por tempo indeterminado.

8 — Posicionamento remuneratório — Serão atribuídas ao trabalhador a remuneração e a posição remuneratória correspondente ao 1.º escalão da categoria de assistente graduado sénior.

9 — Horário de trabalho — O período normal de trabalho é de 40 horas semanais.

10 — Necessidade de constituição prévia de relação jurídico-laboral — O presente recrutamento faz-se entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público ou privado previamente estabelecida, com instituição do SNS.

11 — Requisitos de admissão — Podem ser admitidos a concurso os candidatos que reúnam, até ao termo do prazo da candidatura, os seguintes requisitos:

a) Sejam possuidores do grau de consultor em Oftalmologia e detenham, pelo menos, há três anos, a categoria de assistente graduado no âmbito dessa especialidade;

b) Estejam inscritos na Ordem dos Médicos, com a situação perante a mesma regularizada;

c) Sejam detentores dos requisitos previstos no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro com as alterações que posteriormente lhe foram introduzidas, nomeadamente:

c.1) Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;

c.2) Não inibição do exercício de funções ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;

c.3) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;

c.4) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

11.1 — Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e não se encontrem em mobilidade, ocupem postos de trabalho idênticos ao posto de trabalho para cuja ocupação se publica o presente procedimento.

12 — Formalização das candidaturas — A candidatura deverá ser efetuada através de requerimento, dirigido ao Senhor Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Porto, E. P. E., por uma das seguintes vias:

a) Pessoalmente, no Serviço de Gestão de Recursos Humanos deste Centro Hospitalar, sito no piso 1 do edifício Neoclássico do Hospital de Santo António, Largo Abel Salazar, 4099-001 Porto, no período compreendido entre as 8:30 horas e as 15:00 horas.

b) Remetida por correio, registada e com aviso de receção, para morada constante da alínea anterior, considerando-se neste caso, apresentada dentro do prazo, se a mesma tiver sido expedida até ao termo do prazo fixado no ponto 5 do presente aviso.

12.1 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação do requerente (nome, data de nascimento, sexo, nacionalidade, número e data do bilhete de identidade/cartão de cidadão, número de identificação fiscal, morada com código postal, endereço electrónico e telefone);

b) Identificação do procedimento concursal e da entidade que o realiza, com a indicação do *Diário da República* e respetiva página onde se encontra publicado o presente aviso;

c) Identificação da carreira e categoria a que se candidata;

d) Identificação da carreira, categoria, natureza de vínculo detido e estabelecimento ou serviço em que se encontra a exercer funções;

e) Identificação dos documentos que instruem o requerimento, bem como a sua sumária caracterização.

12.2 — A candidatura deverá ser acompanhada dos seguintes elementos:

- a) Documento comprovativo do grau de consultor na área de Oftalmologia;
- b) Documento comprovativo da categoria, tempo de serviço e tipo de vínculo passado pelo estabelecimento ou serviço em que se encontra a exercer funções;
- c) Declaração comprovativa de participação em equipas de urgência;
- d) Documento comprovativo de inscrição na Ordem dos Médicos;
- e) Cinco exemplares do *curriculum vitae* devidamente datados e assinados;
- f) Cinco exemplares de um plano de gestão clínica de um serviço ou unidade da área de especialização do candidato;
- g) Declaração no requerimento, sob compromisso de honra e em alíneas separadas, da situação precisa em que o candidato se encontra relativamente a cada um dos requisitos exigidos no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

12.3 — A não apresentação dos documentos referidos no ponto anterior determina a exclusão do candidato do procedimento.

12.4 — Nos termos do n.º 3 do artigo 14.º da Portaria n.º 207/2011, de 24 de maio com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 355/2013, de 10 de dezembro e no n.º 3 da cláusula 16.ª do ACT, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego* n.º 48, de 29 de dezembro de 2011, o júri pode exigir aos candidatos a apresentação dos documentos comprovativos dos factos por eles referidos no currículo, que possam relevar para a apreciação do seu mérito e que se encontrem deficientemente comprovadas.

12.5 — Nos termos do disposto no n.º 11 do artigo 14.º da Portaria n.º 207/2011, de 24 de maio com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 355/2013, de 10 de dezembro e no n.º 10 da cláusula 16.ª do ACT publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego* n.º 48, de 29 de dezembro de 2011, a apresentação de documento falsos determina a participação à entidade competente, para efeitos de procedimento disciplinar e ou penal.

13 — Métodos de seleção, resultados e ordenação final dos candidatos:

13.1 — Nos termos dos artigos 19.º, 20.º e n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 207/2011, de 24 de maio com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 355/2013, de 10 de dezembro e cláusulas 21.ª, 22.ª e n.º 2 da cláusula 23.ª do ACT publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego* n.º 48, de 29 de dezembro de 2011, os métodos de seleção dos candidatos são a avaliação e discussão curricular e a prova prática.

13.2 — Avaliação e discussão curricular — Consiste na apreciação e discussão do currículo profissional do candidato, sendo considerados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar constantes da primeira ata do júri, sendo obrigatoriamente considerados os abaixo mencionados, classificados na escala de 0 a 20 valores, valorizada conforme consta na ata n.º 1 do júri, nos termos seguintes:

A — Exercício de funções: 6 valores

A.1) Competência técnico-profissional: 4,5 valores

O júri avalia a competência técnico-profissional em resultado da apreciação e discussão do currículo, tendo em conta a descrição das funções clínicas e científicas do candidato, tipologia e diferenciação da atividade clínica ao longo do percurso profissional:

Elevada: 3,1 a 4,5

Normal: 1,6 a 3,0

Reduzida: 0,1 a 1,5

Não evidencia: 0

A.2) Tempo de exercício de funções de assistente graduado: 0,5 valores

Mais de 15 anos: 0,5

Mais de 5 anos a 15 anos: 0,4

Até 5 anos: 0,2

A.3) Participação em Equipa de Urgência: 0,5 valores

Experiência com funções de coordenação ou chefia de equipa da especialidade: 0,5

Sem funções de coordenação ou chefia: 0,2

Sem participação: 0

A.4) Apoio à clínica em cuidados de saúde primários e saúde pública: 0,5 valores

Com participação em 2 ou mais ações: 0,5

Com participação em menos de 2 ações: 0

B — Atividade de formação: 2 valores

B.1) Formação frequentada: 1 valor

Cursos, Congressos, Jornadas, Colóquios

Formação diversificada de elevado interesse: 0,75

Formação de interesse moderado: 0,3

Formação de interesse moderado: 0,1

Estágios Internacionais

Com estágios internacionais: 0,25

Sem estágios internacionais: 0

B.2) Formação ministrada: 1 valor

Orientador de Interno: 0,25 valores

2 ou mais Internos: 0,25

1 Interno: 0,1

Sem orientação de internos: 0

Participação na formação de Internos: 0,25 valores

16 ou mais Internos: 0,25

6 até 15 Internos: 0,12

Sem Internos ou até 5 Internos: 0

Participação como formador em cursos, congressos ou outros eventos equivalentes: 0,5 valores

Mais de cinco Nacionais e incluindo um ou mais no Estrangeiro: 0,5

5 ou mais ações de formação, sem nenhuma no Estrangeiro: 0,4

Até 4 ações de formação: 0,2

Sem ações de formação como formador: 0

C — Trabalhos comunicados ou publicados: 4 valores

C.1) Trabalhos comunicados (comunicações, pôsteres e vídeos): 1,5 valores

Em congressos Nacionais, como primeiro autor

Com 25 ou mais comunicações: 0,75

10 a 24 comunicações: 0,35

Menos de 10 comunicações: 0

Em congressos Internacionais, como primeiro autor

Com 12 ou mais comunicações: 0,75

6 a 11 comunicações: 0,50

Até 5 comunicações: 0,25

Sem comunicações: 0

C.2) Trabalhos publicados (como primeiro autor, em revistas com revisão por pares): 1,5 valores

Com 5 ou mais publicações: 1,5

3 a 4 publicações: 1

1 a 2 publicações: 0,25

Sem publicações: 0

C.3) Trabalhos premiados (como primeiro autor ou co-autor): 1 valor

Participação em trabalhos com prémios Nacionais

Com 5 ou mais prémios, um ou mais dos quais como primeiro autor: 0,6

Com 5 ou mais prémios, nenhum como primeiro autor: 0,4

Até 4 prémios: 0,2

Sem prémios: 0

Participação em trabalhos com prémios Internacionais

Com 1 ou mais prémios internacionais: 0,4

Sem prémios: 0

E — Classificação da prova de avaliação para obtenção do grau de consultor de Oftalmologia: 1 valor

(Aplicam-se as opções abaixo, em alternativa, conforme tipo de classificação)

18 a 20: 1,0

16 a 17,9: 0,8

14 a 15,9: 0,6

12 a 13,9: 0,4

10 a 11,9: 0,2

Inferior a 10: 0

Ou

Apto ou Aprovado: 1

Não apto ou não aprovado: 0

F — Experiência, capacidade e aptidão para a gestão e organização de equipas, serviços e organizações: 5 valores

F.1) Formação na área de gestão, liderança, ou organização: 0,5 valores

Com 4 ou mais meses: 0,5

Formação de 1 a 3 meses: 0,25

Formação até 1 mês: 0,12

Sem formação em gestão, liderança ou organização: 0

F.2) Participação na gestão ou organização de serviços médicos (Responsabilidade em Gestão de Consulta Externa, Gestão de Internamento, Gestão de escalas de Bloco Operatório ou de Urgência): 2 valores

Mais de 6 anos: 2

Mais de 4 a 6 anos: 1,0
 Mais de 2 a 4 anos: 0,5
 Até 2 anos: 0,25
 Sem participação na gestão ou organização de serviços médicos: 0
 F.3) Participação em Comissões técnicas (Ética, Controle de Infecção, Consulta Externa, Qualidade e outras similares) ou em comissão de escolha de material ou equipamento clínico ou similar: 0,5 valores
 Com participação superior a 4 anos: 0,5
 Com participação superior a 2 e até 4 anos: 0,25
 Com participação até 2 anos: 0,12
 Sem participação: 0

F.4) Experiência e desempenho na coordenação das áreas clínicas: 2 valores

Exercício efetivo de funções de Direção de Serviço ou de Departamento: 1,5

Sem exercício efetivo de funções de Direção de Serviço ou de Departamento: 0

Exercício efetivo de funções de chefia de unidade, secção, ou subespecialidade: 0,5

Sem exercício efetivo de funções de chefia de unidade, secção, ou subespecialidade: 0

G — Atividades docentes ou investigação relacionadas com a respetiva área profissional: 1 valor

G.1) Atividade docente: 0,6 valores

Com atividade superior a 4 anos: 0,6

Com atividade até 4 anos: 0,3

Sem atividade: 0

G.2) Investigação básica ou clínica: 0,4 valores

Participante em 3 ou mais ensaios clínicos ou projetos de investigação: 0,4

Participante em 1 a 2 ensaios clínicos ou projetos de investigação: 0,2

Sem Participação em ensaios clínicos ou projetos de investigação: 0

H — Outros fatores de valorização profissional: 1 valor

H.1) Participação em Órgãos Sociais de Sociedades Científicas, Instituições Académicas, Ordem dos Médicos ou suas comissões: 0,25 valores

Com atividade superior a 3 anos como titular efetivo: 0,25

Com atividade até 3 anos como titular efetivo: 0,12

Sem participação como titular efetivo: 0

H.2) Participação em Júris de Concursos Médicos: 0,3 valores

Participação em 3 ou mais Júris, um ou mais dos quais como presidente: 0,3

Participação em 3 ou mais Júris, como vogal: 0,15

Participação até 2 Júris: 0

H.3) Participação em Júris de Prémios: 0,2 valores

Participação em 3 ou mais Júris: 0,2

Participação em 1 ou 2 Júris: 0,1

Sem participação: 0

H.4) Formação Pós-Graduada ou Doutoramento: 0,25 valores

Com Doutoramento: 0,25

Formação Pós-Graduada: 0,12

Sem Doutoramento ou formação Pós-Graduada: 0

13.3 — Prova prática — A prova prática destina-se a avaliar a capacidade do candidato para resolver problemas e atuar, assim como reagir, em situações do âmbito da respetiva área profissional de especialidade, com a apresentação e discussão de um projecto de gestão clínica de um serviço ou unidade ou de um trabalho de investigação. O projeto/trabalho deve ter um limite máximo de 20 páginas, com letra tamanho 10 e com espaçamento simples, tendo em conta os seguintes critérios:

A — Apresentação: 3 valores

Boa ou muito boa: 3

Suficiente: 1,5

Insuficiente: 0

B — Originalidade: 3 valores

Muito original: 3

Original: 2

Pouco original: 1

C — Metodologia: 3 valores

Muito adequada: 3

Adequada: 2

Pouco adequada: 1

D — Relevância: 5 valores

Elevada relevância: 5

Normal relevância: 3

Reduzida relevância: 1

E — Exposição e argumentação: 6 valores

Excelente: 6

Muito Boa: 5

Boa: 4

Suficiente: 3

Insuficiente: 1

13.4 — Resultados e ordenação final dos candidatos:

13.4.1 — Os resultados da avaliação curricular são obtidos pela média aritmética das classificações atribuídas por cada membro do júri.

13.4.2 — A ordenação final dos candidatos é efetuada por ordem decrescente, de acordo com a na escala classificativa de 0 a 20 valores, em resultado da média aritmética ponderada em 70 % e 30 % das classificações quantitativas obtidas, respetivamente, na avaliação e discussão curricular e na prova prática.

14 — Em situações de igualdade de valoração aplicam-se os critérios de ordenação preferencial estabelecidos na Portaria n.º 207/2011, de 24 de maio com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 355/2013, de 10 de dezembro e no ACT análogo.

15 — Afixação da lista dos candidatos admitidos e excluídos — A lista de candidatos admitidos e excluídos e a lista de classificação final serão disponibilizadas na página electrónica da instituição (www.chporto.pt) e afixadas no placard da entrada do Edifício Neoclássico — Hospital Santo António — Centro Hospitalar do Porto, E. P. E. e notificadas aos candidatos por uma das hipóteses previstas no n.º 2 do artigo 16.º da Portaria n.º 207/2011, de 24 de maio com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 355/2013, de 10 de dezembro e n.º 2 da cláusula 18.ª do ACT, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego* n.º 48, de 29 de dezembro de 2011.

16 — Composição e identificação do Júri:

Presidente: Dr.ª Maria Angelina da Costa Meireles Silva — Assistente Graduado Sénior do Centro Hospitalar do Porto, E. P. E.

1.º Vogal Efetivo: Prof. Doutor Fernando Manuel Mendes Falcão dos Reis — Assistente Graduado Sénior do Centro Hospitalar de São João, E. P. E.

2.º Vogal Efetivo: Prof. Doutor Joaquim Carlos Neto Murta — Assistente Graduado Sénior do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E. P. E.

3.º Vogal Efetivo: Prof. Doutor Manuel Eduardo Teixeira Monteiro Grilo — Assistente Graduado Sénior do Centro Hospitalar Lisboa Norte, E. P. E.

4.º Vogal Efetivo: Dr. Luis Miguel Manarte Silva Trigo — Assistente Graduado Sénior do Centro Hospitalar Lisboa Central, E. P. E.

Vogais suplentes:

1.º Vogal Suplente: Prof. Doutor Rufino Silva — Assistente Graduado Sénior do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E. P. E.

2.º Vogal Suplente: Dr. Luis Agrelós — Assistente Graduado Sénior do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E. P. E.

16.1 — O primeiro vogal efetivo substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

7 de julho de 2014. — A Diretora do Serviço de Gestão Recursos Humanos, *Maria Fernanda Ferreira Oliveira Manarte*.

207948186

INSTITUTO PORTUGUÊS DE ONCOLOGIA DE LISBOA FRANCISCO GENTIL, E. P. E.

Despacho n.º 9126/2014

Torna-se público que, por despacho, da Vogal do Conselho de Administração, Dra. Teresa Carneiro, de 07 de agosto de 2013, em cumprimento do disposto na alínea *d*) do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, foi autorizada a cessação da nomeação definitiva, por exoneração a pedido, da colaboradora Maria Elisabete Pires Gaspar, Enfermeira, com efeitos a 24 de agosto de 2013.

8 de julho de 2014. — A Vogal do Conselho de Administração, *Maria Teresa Fernandes Jesus Sousa Carneiro*.

207947919